

O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA CONQUISTA OU MANUTENÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO NA AMÉRICA LATINA

*THE ROLE PLAYED BY THE SOCIAL MOVEMENTS AND POLITICAL PARTICIPATION
IN CONQUERING AND MAINTAINING THE DEMOCRATIC STATE IN LATIN AMERICA*

*EL ROL DE LOS MOVIMIENTOS SOCIALES Y DE LA PARTICIPACIÓN POLÍTICA EN LA
CONQUISTA O MANTENIMIENTO DEL ESTADO DEMOCRÁTICO EN AMÉRICA LATINA*

Adriana Pegoraro Donatti¹
Clayton Luiz Zanella²

Resumo

Este trabalho descreve o papel dos movimentos sociais e da participação política dos cidadãos na manutenção do estado democrático na América Latina. Mais especificamente, na região latino-americana, os movimentos sociais e a participação política desempenharam papéis decisivos na conquista da independência de vários países, na criação de constituições federais e na formulação de outras legislações voltadas para garantir e promover os direitos sociais. A pergunta de pesquisa que norteou este trabalho foi: "Quais foram os principais movimentos sociais da história da América Latina e qual foi o impacto sociopolítico deles na conquista e manutenção do estado democrático?" O objetivo central deste estudo foi investigar os principais movimentos sociais que surgiram ao longo da história da América Latina em busca da conquista ou preservação do estado democrático. A importância deste trabalho é justificada tanto no contexto acadêmico, pois contribui para a produção de novos conhecimentos, quanto no âmbito social, ao promover uma compreensão mais profunda do papel desempenhado pelos movimentos sociais no cenário latino-americano. A pesquisa em questão é de natureza bibliográfica, com abordagem descritiva e metodologia qualitativa. A análise da literatura revelou que os movimentos sociais na América Latina sempre foram diversos, abordando questões relacionadas a alimentos, terras, direitos civis, questões raciais, indígenas e migração. A democracia na região frequentemente enfrentou desafios, com alguns governos sendo destituídos devido à pressão popular. Nos países com instituições democráticas mais consolidadas, as questões culturais e identitárias desempenham um papel central, em contraste com os regimes totalitários em que essas pautas têm menos espaço.

Palavras-chave: movimentos sociais; participação política; estado democrático; América Latina.

Abstract

This paper describes the role that the social movements and the political participation of citizens have in maintaining the democratic state in Latin America. More specifically, in Latin America, the political participation and social movements played an important role, helping many countries to conquer their independence, create their federal constitutions, and formulate other laws that aim to uphold and promote social rights. The question that guided this paper was: "What are the most important social movements in Latin American history, and what was the social and political impact that they had on conquering and maintaining the democratic state?" The central goal of this study was to investigate the main social movements that emerged during the Latin American history seeking to conquer or preserve the democratic state. The relevance of this research is justified both by the academic context, since it contributes to the production of new knowledge, and by the social scope, when it promotes a deeper comprehension of the role played by the social movements in the Latin American community. The research has a bibliographic nature with a descriptive approach and qualitative methodology. The field literature revealed that the social movements in Latin America were always diversified, approaching subjects such as food, land, civil rights, racial issues, indigenous populations and migration. Democracy was frequently challenged in the region, with some governments being overthrown by popular demand. In countries with stronger institutions, cultural and

¹ Licencianda em Sociologia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: dricazanella@yahoo.com.br

² Licenciando em Sociologia no Centro Universitário Internacional (UNINTER). E-mail: clayton@uniarp.edu.br

identity issues play an important role, contrasting with totalitarian governments in which these agendas have less space to prosper.

Keywords: social movements; political participation; democratic state; Latin America.

Resumen

Este trabajo describe el rol de los movimientos sociales y de la participación política de los ciudadanos en el mantenimiento del estado democrático en América Latina. Más específicamente, en la región latinoamericana, los movimientos sociales y la participación política han desempeñado roles decisivos en la conquista de la independencia de varios países, en la creación de constituciones federales y en la formulación de otras legislaciones dirigidas hacia la garantía y la promoción de los derechos sociales. La pregunta de investigación que ha guiado este trabajo fue: ¿Cuáles fueron los principales movimientos sociales de la historia de América Latina y cuál fue el impacto sociopolítico de ellos en la conquista y mantenimiento del estado democrático? El objetivo central de este estudio fue investigar los principales movimientos sociales que han surgido a lo largo de la historia de América Latina en búsqueda de la conquista o conservación del estado democrático. La importancia de este trabajo se justifica tanto en el contexto académico, pues contribuye a la producción de nuevos conocimientos, como en el ámbito social, al promover una comprensión más profunda del rol desempeñado por los movimientos sociales en el panorama latinoamericano. La investigación en cuestión es de naturaleza bibliográfica, con enfoque descriptivo y metodología cualitativa. El análisis de la literatura reveló que los movimientos sociales en América Latina siempre fueron diversos, planteando cuestiones relacionadas a alimentos, tierras, derechos civiles, cuestiones raciales, indígenas y migración. La democracia en la región frecuentemente enfrenta desafíos, con algunos gobiernos siendo destituidos debido a la presión popular. En los países con instituciones democráticas más consolidadas, las cuestiones culturales e identitarias desempeñan un rol central, a diferencia de los regímenes totalitarios en los que esas discusiones tienen menos espacio.

Palabras clave: movimientos sociales; participación política; estado democrático; América Latina.

1 Introdução

A presente pesquisa buscou investigar o papel dos movimentos sociais e da participação política dos cidadãos na manutenção do estado democrático, além de refletir sobre a conquista da identidade social do povo latino-americano. Sabe-se que os movimentos sociais foram fundamentais em todo o mundo na perspectiva da luta e garantia dos direitos sociais e humanos. Mais especificamente na América Latina os movimentos sociais e a participação política foram decisivos para a independência de vários países, configuração de constituições federais e demais legislações pautadas na garantia e acesso aos direitos sociais.

Graças aos movimentos sociais e à luta pela participação política, foi possível gerar uma onda multicultural por todo o continente latino-americano, promovendo o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social e fomentando a participação das classes populares desfavorecidas economicamente no campo socioeconômico e político. Neste trabalho, pretendeu-se apontar, descrever e analisar, além do surgimento da identidade social da América Latina, o papel dos movimentos sociais, investigando o surgimento dos principais movimentos e da participação popular na política, na economia e no crescimento da concepção multicultural latino-americana.

O problema de pesquisa que ensejou este trabalho foi: quais os principais movimentos sociais que foram deflagrados na história da América Latina e quais suas contribuições sociopolíticas na conquista ou na manutenção do estado democrático? Como objetivo geral, pretendeu-se investigar, na história da América Latina, os principais movimentos sociais que foram deflagrados em nome da conquista ou da manutenção do estado democrático. Os objetivos específicos deste trabalho foram: a) conhecer os movimentos sociais latino-americanos e suas principais contribuições sociopolíticas na garantia dos direitos sociais e da democracia; b) compreender o papel dos movimentos sociais latino-americanos e suas características socioculturais, considerando a participação política como meio de conquista da independência e c) analisar o contexto sócio-histórico do fortalecimento da democracia nos países latino-americanos, com ênfase no contexto do multiculturalismo.

Nota-se que a pesquisa apresenta relevância pessoal, acadêmica e social. A relevância pessoal refere-se ao próprio trabalho dos pesquisadores, que na atuação nos campos da Psicologia Social e do Serviço Social, lutam pela garantia dos direitos sociais e pela participação política e social no âmbito da administração pública. Outrossim, a relevância acadêmica reside no fato de que haverá produção de novos saberes no campo da Sociologia enquanto disciplina ministrada na educação básica e superior. Por fim, o trabalho é relevante no tecido social, pois inspira outros pesquisadores e defensores dos direitos sociais na luta pelo multiculturalismo, pelo estado democrático de direito e pela tão sonhada dignidade na latino-americana.

O presente trabalho está dividido em três recortes epistêmicos. No primeiro, faz-se uma breve análise concernente à conquista da identidade social da América Latina. No segundo recorte apontam-se os principais movimentos sociais e políticos latino-americanos. Por fim, no terceiro momento, faz-se uma explanação sobre o multiculturalismo e a democracia no contexto da América Latina.

2 Metodologia

A presente pesquisa é bibliográfica, do tipo descritiva, tendo como forma de abordagem a qualitativa. Como técnica de obtenção de informações científicas adotou-se o levantamento bibliográfico, que consiste na leitura, interpretação e análise de produções científicas no campo das ciências sociais, com foco na resolução do problema de pesquisa. Foram utilizadas como fontes de pesquisa livros e artigos publicados em diversas revistas científicas brasileiras.

Importante ressaltar que a pesquisa bibliográfica, considerada uma fonte de coleta de dados secundária, pode ser definida como: contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado (Marconi; Lakatos, 2001; Cervo; Bervian, 2002). Já a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenômeno, estabelece correlações entre variáveis e define sua natureza (Vergara, 2000). Para Oliveira *et al.* (2020, p. 02), “[...] uma pesquisa de natureza qualitativa busca dar respostas a questões muito particulares, específicas, que precisam de elucidações mais analíticas e descritivas”.

Por fim, a análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, conclusão essa que poderá ser final ou apenas parcial, deixando margem para pesquisas posteriores (Marconi; Lakatos, 1996). O processo de investigação deu-se, inicialmente, por meio da busca e seleção de bibliografias que respondessem ao problema e aos objetivos da pesquisa. A partir da leitura e da interpretação, foi possível delinear um raciocínio histórico capaz de dar resolutividade ao problema de pesquisa.

3 América Latina: a conquista da identidade social

A identidade latino-americana remonta ao colonialismo e perdura até os dias atuais. As raízes das transformações que deram origem à ideia de um modo latino-americano de ser estão no encontro entre os europeus e os povos indígenas. Essas culturas, extremamente diversas, deram início ao desenvolvimento do conceito de América Latina. Sabe-se que o contexto histórico da América Latina foi palco de inúmeras guerras e movimentos de emancipação ao longo das décadas. A colonização europeia foi tão avassaladora que muitos povos continuam lutando hoje pela emancipação política, territorial e democrática.

Sabe-se que o contexto histórico da América Latina é palco de inúmeras guerras e movimentos emancipatórios no decorrer de décadas. A colonização europeia foi tão avassaladora que muitos povos lutam até hoje pela emancipação política, territorial e democrática. Neste contexto, para Quijano (2005, p. 117) “a conquista da América proporcionou a ascensão do domínio europeu e constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade”. Nota-se que parece ser aceito que a vocação da Europa era de conquistar a América, com foco desenvolvimentista. Todavia, tem-se a clareza de que essa leitura

equivocada é apenas ligada à linguagem eurocêntrica, pois o continente americano sempre existiu e não dependeu dos europeus para ser descoberto.

Talvez o maior desafio, neste contexto colonizatório, foi a tomada dessa consciência, pelos povos latino-americanos, da sua própria identidade desvinculada da europeia. Na lógica de Silva (2009, p. 203), “[...] tomar consciência da própria identidade, tomar consciência de si é um primeiro passo para alterar, se necessário, a identidade social, como dominado”. Assim, deixar de ser dominado vai além de conquistar a independência territorial, política e econômica, mas sim criar uma identidade social como povo, com cultura, costumes e leis próprias.

Para melhor entender a concepção de identidade latino-americana, Gavião (2018) retrata que a ampliação da utilização do termo América Latina ocorreu nos meados da virada do século XIX para o século XX, quando foram considerados civilizacional e geopolítico. O autor ainda destaca que, anteriormente, a referência ao termo se dava apenas com viés cultural, religioso e linguístico. Ainda nesta dimensão histórica, Gavião (2018, p. 10), reforça que “até fins do século XIX, as elites políticas hispano-americanas, de uma maneira geral, admiravam o modelo civilizacional norte-americano.” Incrivelmente, reforça o autor que, com exceção do Brasil, a maioria das nações que haviam proclamado sua independência, eram influenciadas pelo arcabouço sociopolítico norte-americano.

Muitos movimentos sociais e multiculturais foram necessários, após a independência dos países latino-americanos, para superar o colonialismo, a dependência europeia e estadunidense e forjar uma identidade social de um povo não é só independente administrativamente, mas com independência cultural, social e de pensamento genuinamente próprio.

4 Principais movimentos sociais e políticos da América Latina

Na perspectiva de Cardoso (2022), os movimentos sociais na América Latina se desenvolveram na década de 1970 como fruto de um grande movimento intelectual e político. Esses movimentos coincidem com o avanço do autoritarismo nos países, na tentativa de superar o discurso da marginalidade e dependência dos anos 1960. Os movimentos sociais urbanos mantiveram seu caráter de resistência à dominação pelos regimes autoritários.

Cardoso (2022) ainda enfatiza o caráter de independência desses movimentos sociais e políticos. Não dependiam dos políticos nem dos partidos políticos e tinham como objetivo representar a base da sociedade: associações de bairro, grupos de moradores, clube de mães, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Numerosos e atuantes, representavam os verdadeiros

interesses sociais coletivos. As influências marxistas são notáveis no contexto dos movimentos sociais latino-americanos.

A partir do fim da década de 1960, em todo o mundo ocidental, inclusive na América Latina, multiplicaram-se movimentos sociais na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Alguns anos após 1968, esses movimentos sociais começaram a contestar a ordem social, e depois, a partir do fim da década de 1970 e início dos anos 1980, começaram a participar da oposição aos regimes autoritários, na América Latina, mas também na Europa oriental (Goirand, 2009). Na década de 1960, no contexto latino-americano, diversos grupos iniciaram uma luta contra a discriminação historicamente vivida. Negros, mulheres, pacifistas ou homossexuais se agruparam contra as injustiças de que eram vítimas, construindo um senso de comunidade. A criação das Comunidades Eclesiais de BASE (CEBs) impulsionou as mobilizações dos grupos marginalizados, introduzindo o ideário de participação popular e democrática (Cardoso, 2022).

No contexto das análises de Reichel, Bronickzac e Ehlert (2006), a modernização da estrutura produtiva, realizada a partir da segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século vinte, é vista como promotora de mudanças nas estruturas econômica e social. Os referidos autores destacam o papel do capitalismo nesse contexto de mudanças estruturais no continente americano. Na perspectiva de Petry (2006, p. 1), “os movimentos sociais desempenharam no final do século XX e início do XXI um papel estratégico na luta e na resistência contra as políticas neoliberais dos governos latino-americanos. Ainda nessa linha de pensamento, o mesmo autor retrata que “as lutas dos sujeitos, decorrentes de conflitos sociais, que visam um acesso ao poder de decisão, são iniciativas portadoras de mudança e de transformações sociais” (Petry, 2006, p. 1).

Na lógica da mudança social, Cardoso (2022) enfatiza que causaram profundas transformações na estrutura de dominação vigente na época. Tanto os movimentos urbanos quanto os proletários foram fundamentais para o processo de redemocratização. O movimento sindicalista e o pluripartidarismo contribuíram, de forma diferenciada em vários países, para a ampliação dos direitos sociais e das políticas afirmativas. Considerados como novos atores do cenário político, estes movimentos são apresentados como fontes de transformações da sociedade e de mudanças profundas na estrutura de dominação vigente. Esses movimentos foram organizados a partir de novas identidades sociais, ultrapassam o quadro institucional vigente, exigindo o reconhecimento de categorias excluídas do jogo político (Cardoso, 2022).

Inicialmente, as influências marxistas europeias foram importantes para embasar os movimentos sociais, porém, com o passar do tempo, na década de 1970, a esquerda elaborou

projetos concretos de redemocratização a partir da ótica gramsciana. A abordagem marxista foi sendo substituída pela ideologia dos novos movimentos sociais da década de 1980. Já nos anos 1990, a ideologia dos novos movimentos sociais também estagnou, representando uma certa falta de base teórica para a pauta da redemocratização (Gohn, 1997 *apud* Pontes, 2015).

Vale destacar as características dos principais movimentos sociais latino-americanos, tendo em vista a necessidade de compreender a pauta ideológica que os mobilizou. De acordo com Gohn (1997 *apud* Pontes, 2015), houve uma grande diversidade de movimentos sociais, com propostas, projetos políticos e tipos de lideranças diversos. A maioria dos movimentos sociais foram hegemonicamente populares, com pautas de luta pela terra, comida e direitos sociais básicos. Apesar dessas lutas, perpetuou-se o machismo e o preconceito racial em toda a América. Os movimentos populares que se destacaram tiveram o apoio da Igreja Católica (Teologia da Libertação), que sempre teve uma presença marcante na América Latina.

Ainda nessa lógica da compreensão desses movimentos sociais e políticos, Gohn (1997 *apud* Pontes, 2015) ressalta que ainda restaram pautas em aberto no contexto dos movimentos sociais latino-americanos, como a questão agrária, fruto de constantes conflitos entre os sem-terra e as elites dominantes. A pauta indígena ainda é palco de conflitos e movimentos sociais. Os índios vivem como miseráveis nas periferias das grandes cidades e seus territórios originários com a invasão do homem branco, garimpeiros e grileiros.

A tabela a seguir evidencia as categorias dos movimentos sociais, importantes para a compreensão da constituição desses movimentos e suas pautas ideológicas:

1ª Categoria	Movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apoia ou abriga seus demandatários.
2ª Categoria	Movimentos Sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor.
3ª Categoria	Movimentos Sociais construídos a partir de determinados problemas sociais.
4ª Categoria	Movimentos Sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (socioeconômica e cultural).
5ª Categoria	Movimentos Sociais construídos a partir de ideologias.

(adaptado de Pontes, 2015).

Vê-se, claramente, que a etiologia dos movimentos sociais é diversificada, o que explica as peculiaridades dos países latino-americanos. No bojo dessa etiologia, residem motivações institucionais, sociais, ideológicas, humanas e políticas. Essas motivações configuram o caráter multidimensional dos movimentos sociais e das pautas que estes buscaram e ainda buscam

defender. Nota-se que a maioria das pautas defendidas no decorrer das últimas décadas na América Latina ainda estão muito vívidas no contexto dos movimentos atuais. Muitos avanços positivos ocorreram em relação às pautas dos anos 1960, 1970, 1980 e 1990. Todavia, um ranço histórico ainda perpassa as relações sociais: a desigualdade social, oriunda da má distribuição de renda, a formação de elites capitalistas, o machismo e o racismo estrutural.

5 Multiculturalismo e democracia na América Latina

A partir dos anos 1960, iniciaram lutas dos mais diversos movimentos sociais ao redor do mundo. Esses movimentos buscavam fortalecer as identidades coletivas e a diversidade cultural, além de trazer à pauta a luta contra o racismo, a segregação, direitos da mulher, causa gay, indígenas e imigrantes. As lutas se intensificaram na década de 1980 e com a aliança das minorias, os movimentos se intensificaram (Muñoz, 2017).

Durante os anos 1980, o termo multiculturalismo ganhou espaço na agenda dos debates internacionais nos campos acadêmico, social e político. Trata-se de um termo complexo e polissêmico, pois abarca questões relativas à cultura e identidade, disseminação da arte, imigração e racismo (Muñoz, 2017). É importante ressaltar que este termo surge e começa a ser utilizado no âmbito das políticas governamentais, sendo o Canadá, no final dos anos sessenta, o primeiro país que emprega na sua política o multiculturalismo (Kosherbayev *et al.*, 2016).

Inicialmente, o termo multiculturalismo tornou-se algo politicamente correto nos países que o adotaram. Com um discurso ligado à homogeneidade, este conceito adaptou-se muito bem ao mundo pós-moderno, que apresentou algumas características: capital global, ampliação e disseminação cultural, circulação de pessoas entre os países, globalização, lutas de diversos movimentos sociais e culturais, enfim, uma mudança no sistema político-econômico mundial (Muñoz, 2017).

Nota-se que o fator político é um dos elementos principais do multiculturalismo. Esse espaço político “promoveu a diversidade cultural e a conservação e difusão da identidade das minorias através da criação de políticas e leis que trataram vários fatores, como o direito civil e a liberdade de expressão cultural e religiosa (Muñoz, 2017, p. 18). Neste contexto da luta pela identidade e cultura, “a postura crítica sobre o multiculturalismo assinala que o principal problema a enfrentar não está na defesa da diversidade cultural, mas sim na evidente discriminação racial, o que abrange outros aspectos como a imigração e a identidade (Kosherbayev *et al.*, 2016, p. 149).”

Na América Latina, vítima da colonização de exploração, esses movimentos sociais tomaram cada vez mais espaço na pauta política, cultural e econômica. As lutas pela igualdade racial, distribuição de renda, diversidade cultural, artística e religiosa, dentre outras pautas dos grupos marginalizados, são temas absolutamente atuais e pertinentes. Por isso, nas últimas décadas, tem havido uma preocupação dos governos de vários países da América do Sul, tais como o Equador, Bolívia e Guatemala, em reconhecer suas próprias realidades plurais e em implementar políticas públicas para apoiar e valorizar esta diversidade, focando especialmente nas identidades indígena e negra (Candau, 2010).

Em alguns países com mais intensidade e outros com menos, a questão multicultural está na agenda de todos os países considerados democráticos. Canadá, México, Austrália e Brasil apresentam minorias nacionais fortemente discriminadas que sempre reivindicaram seus direitos (Semprini, 1999). Percebe-se que as questões multiculturais apresentam um elo forte com a democracia, como anunciado pela autora supracitada. Países com instituições democráticas tendem a abrir mais espaço para as políticas afirmativas e abrem mais espaço para a luta de classes e à conquista de direitos sociais.

Aproveitando o ensejo, é necessário dizer que a democracia passa por uma fase de declínio em diversos países latino-americanos como: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Este declínio se dá pelas atitudes individuais das pessoas com relação à democracia e à forma de governo (Botelho; Okado, 2020). As atitudes individuais sobre a democracia enfraquecem a coletividade. Quando uma sociedade se divide e as pautas ficam fragmentadas, a democracia entra em declínio e os regimes totalitários assumem um espaço maior de proliferação.

Considera-se que essa falta de senso de coletividade é o principal motivo do declínio das instituições democráticas e do fortalecimento do totalitarismo. Nesta dimensão e na avaliação de Howe (2017 *apud* Botelho; Okado, 2020), a insatisfação com a democracia é insuficiente para explicar a tendência de declínio do regime. Segundo ele, os sentimentos antidemocráticos se vinculam mais às mudanças corrosivas que estariam remodelando as sociedades.

Botelho e Okado (2020) fazem um estudo sobre as variáveis, a tendência e a trajetória do declínio da democracia na América Latina no período de 2009 a 2018. Em seus achados, destacam-se o declínio relativo ao baixo apoio e insatisfação com a democracia, falta de confiança nos partidos políticos, falta de confiança no Poder Legislativo e no governo e pouca

importância conferida ao voto. Estas variáveis comprovam nos países latino-americanos que a democracia está em declínio ao passo que o governo de poderosos está em ascensão.

Acusações de corrupção e/ou desvio de conduta levaram à destituição ou à renúncia de cinco presidentes latino-americanos nos anos 2010, que foram: Fernando Lugo, em 2012, no Paraguai; Otto Pérez Molina, em 2015, na Guatemala; Dilma Rousseff, em 2016, no Brasil; Pedro Pablo Kuczynski, em 2018, no Peru; e Evo Morales, em 2019, na Bolívia. Esses acontecimentos se refletem nas avaliações sobre o sistema político e nas preocupações da população. Situação política e corrupção estão entre os cinco problemas mais importantes, antecedidos por segurança pública, desemprego e situação econômica. Considerando a corrupção, isoladamente, ela é o principal problema na Colômbia e o segundo em Bolívia, Brasil, México, Paraguai e Peru (Botelho; Okado, 2020).

De acordo com Santos (2020, p. 1), “o valor essencial da democracia não pode ser transgredido nem malferido por um pequeno grupo de pessoas que não representam, majoritariamente, o ideal de uma sociedade livre e do regime democrático.” Quando o poder se fragmenta e uma minoria antidemocrática assume a liderança, tem-se a decadência das instituições democráticas. É relevante aqui fazer alusão à democracia brasileira, que já sofreu ataques dos mais variados no decorrer da história, com tentativas de confundir a população e enfraquecer as instituições democráticas. No Brasil, a ditadura militar durou de 1964 a 1985 e que este período foi de opressão e sofrimento para toda a sociedade. O regime militar foi marcado pela censura, tortura, exílios, mortes e desaparecimentos. O fim da ditadura trouxe a democracia, com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A constituição cidadã, como ficou conhecida, garantiu a democracia por meio da soberania popular.

Mas como é possível unir os termos multiculturalismo e democracia, considerando aspectos históricos e políticos latino-americanos? Groff e Pagel (2009) apresentam algumas relevantes considerações. Para os autores, multiculturalismo é uma forma de política social que visa o reconhecimento de grupos inferiorizados em nossa sociedade. As políticas multiculturais têm mais êxito quando o Estado mantém a igualdade por meio de políticas públicas. Estas protegem os grupos sociais mais estereotipados, afirmando suas particularidades com fundamento na pluralidade de valores e diversidade cultural.

Ainda na ótica de Groff e Pagel (2009, p. 53), “o multiculturalismo crítico ou de resistência afirma que as representações de classe, gênero e raça são o resultado das lutas sociais ampliadas. Defende a transformação das próprias condições sociais e históricas que naturalizam os sentidos culturais.” Os autores ainda complementam o debate afirmando que o

multiculturalismo está associado à política das diferenças e com as lutas sociais contra o sexismo, racismo e a divisão de classes sociais.

Groff e Pagel (2009, p. 54) reafirmam o caráter de superação do multiculturalismo: “O multiculturalismo implica em conquistas e reivindicações, para fins de evitar as mais diversas formas de opressão, exclusão e dominação.” Assim, para os autores, “o multiculturalismo, no mais amplo sentido, é um grande instrumento teórico em prol do reconhecimento dos direitos inerentes aos grupos minoritários ou subalternos” (Groff; Pagel, 2009, p. 54).

Acredita-se que o multiculturalismo e a democracia configuram um instrumento de proteção social às minorias, principalmente nos países latino-americanos, tão assolados pela corrupção, pelo dismantelamento constante de políticas públicas e afirmativas, pelos regimes totalitários e pela fragilidade da participação política social. A resistência que o multiculturalismo propõe está relacionado à defesa da identidade cultural e da igualdade de direitos sociais.

6 Considerações finais

A América Latina sempre foi palco de inúmeras lutas sociais em prol da igualdade de acesso aos direitos sociais, da diversidade cultural e da identidade social. Neste campo de lutas, os movimentos sociais tomaram espaço a partir dos anos 1960 e procuraram representar os direitos das minorias tão marginalizadas pelo sistema capitalista, pelo machismo e racismo estruturais.

É notável que o multiculturalismo e a democracia andam de mãos dadas, uma vez que formam um poderoso instrumento de defesa das minorias e do Estado democrático. Pautas multiculturais diversas ainda emergem nos países latino-americanos, principalmente naqueles em que a desigualdade social e os regimes autocráticos são evidentes. Preocupa o fato de que as populações dos países da América Latina, em sua maioria, desacreditam em seus governantes e no poder do voto como forma de soberania popular.

Ressalta-se que a descolonização é um processo que perpassa a ideia da liberdade político-administrativa e invade o campo das representações sociais de um povo marginalizado, que carrega em suas entranhas (percepções e formas de pensar) os ranços da colonização. Importa dizer que as lutas sociais emergem de formas diferentes nos diversos países latino-americanos, havendo uma multiplicidade de pautas que reivindicaram e ainda reivindicam direitos sociais, políticos e econômicos.

O grande receio de quem ainda acredita na democracia e nas pautas multiculturais é que os movimentos sociais enfraqueçam com o passar do tempo, permitindo um terreno cada vez mais fértil para atos antidemocráticos e fortalecimento de expressões sexistas, racistas e classistas. A participação social ainda é a estratégia que poderá garantir um futuro mais promissor a todos os países da América Latina. Eleger governantes que representem os ideais da maioria, promover uma educação de qualidade, formando cidadãos críticos e capazes de fazer a leitura da conjuntura social em que vivem, valorizar o voto como ferramenta prática de transformação social, pressionar os governos a elaborarem leis que fomentem os direitos coletivos em detrimento de uma minoria corrupta e sanguinária podem ser a salvação da democracia e da agenda multicultural latino-americana.

O importante é olhar para os fatos históricos do passado e compreender as dimensões sociais, políticas e ideológicas que permearam a América Latina. A partir dessa retrospectiva histórica, é possível entender a atualidade e os conflitos que ainda são enfrentados pelas minorias resistentes dos países mais empobrecidos do continente americano. Assim, e somente assim, será possível planejar um futuro melhor, com a garantia da permanência das instituições democráticas latino-americanas e o enfrentamento da marginalização das minorias que ainda vivem exploradas e na subalternidade.

Muito ainda precisa ser estudado para compreender o multiculturalismo, a democracia e o papel da participação popular na conquista ou manutenção do Estado democrático na América Latina. Permanece, ainda, o desafio de “ler a América Latina” com os próprios olhos de seus povos, desmistificando a herança europeia e norte-americana na análise de fenômenos e dores que assolam os países pobres do vasto continente americano.

Referências

BOTELHO, J. C. A.; OKADO, L. T. A. O declínio da democracia na América Latina: Robert Bonifácio. **Revista de Estudos Sociais**, n. 74, 2020. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/6148/6248>. Acesso em: 19 mar. 2023.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. *In*: MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. (org.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Movimentos sociais na América Latina. Disponível em: file:///C:/Users/Clayton/Downloads/texto_5_-_ruth_-_movimentos_sociais_na_al.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

- GAVIÃO, Leandro. **Raízes da América Latina**: origens e fundamentos de uma identidade. *Rev. Hist.* (São Paulo), n. 180, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/171183/174337>. Acesso em: 13 jun. 2022.
- GOIRAND, Camille. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, p. 323-354, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/fNZLLNgnL9VSJRX3mtd4GNc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- GROFF, Paulo Vargas; PAGEL, Rogério. Multiculturalismo, democracia e reconhecimento. *Videre*, Dourados-MS, ano 1, n. 2, p. 51-64, jul./dez. 2009. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/691/pdf_15. Acesso em: 20 dez. 2022.
- KOSHERBAYEV, Zhanbolat *et al.* **Postmodernism**: Theory and practice of multiculturalism in Europe. *Calitatea Vieții*, Bucareste, n. 2, p. 144-160, 2016.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MUÑOZ, Angie Gloriela Montiel. **O multiculturalismo e o debate em torno da “arte latino-americana” 1980-1990**. /. – Salvador, 2017.
- OLIVEIRA, G. S. *et al.* Grupo Focal: uma técnica de coleta de dados numa investigação qualitativa? *Cadernos da Fucamp*, UNIFUCAMP, v. 19, n. 41, p. 1-13, Monte Carmelo, MG, 2020.
- PETRY, A. Os movimentos sociais na América Latina. *UNISINOS*, 2008. Disponível em: http://www.projeto.unisinos.br/humanismo/al/mov_sociais.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.
- PONTES, B. M. S. Movimentos sociais na América Latina: da teoria à realidade. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, Recife, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229872/24077>. Acesso em: 4 jul. 2022.
- QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. *In*: LANDER, E.(ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- REICHEL, Heloisa Jochims; BRONICZACK, Ana Paula da Silva; EHLERT, Débora. A história da América Latina na Revista *Desarrollo Económico* dos anos sessenta do século passado. *Rev. História*, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/xyXXWVJJcBvbm4DyCrtGHBp/?lang=pt>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: Edusc, 1999.
- SANTOS, Carlos Eduardo Ferreira. **Atos antidemocráticos e crime de responsabilidade**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-mai-14/opinio-atos-antidemocraticos-crime-responsabilidade>. Acesso em: 9 set. 2022.

O papel dos movimentos sociais e da participação política na conquista ou manutenção do estado democrático na América Latina

SILVA, K. V. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.